

A mobilidade territorial como dimensão do acesso no envelhecimento na roça: entre a permanência e os deslocamentos para a cidade

Fernanda de Deus Junqueira

O território que se vive: lugares, trajetórias e envelhecimento

O envelhecimento populacional brasileiro apresenta experiências heterogêneas, atravessadas pelas condições sociais, econômicas, culturais e territoriais nas quais as trajetórias de vida são construídas. Essa heterogeneidade torna-se relevante quando se consideram as pessoas idosas que vivem na roça¹, cujas experiências de envelhecimento se articulam às especificidades dos territórios, às formas de sociabilidade e às condições de acesso aos serviços. Nessa perspectiva, compreender as velhices da roça exige considerar os lugares e as relações nas quais a vida cotidiana se realiza.

Da roça à cidade, diferentes contextos territoriais carregam marcas que atravessam a vida das pessoas. Viver na roça não significa permanecer circunscrito ao espaço de moradia. Isso porque, necessidades relacionadas à saúde, ao comércio, aos serviços públicos e a outras dimensões da vida cotidiana podem demandar deslocamentos para a cidade, estabelecendo uma relação contínua entre esses espaços.

Nesse sentido, o território não pode ser compreendido apenas como o lugar físico de residência, mas como espaço de relações, memórias e produção de significados, conforme Lopes e Vasconcellos (2006). A localização das comunidades, a distância em relação à sede municipal, as condições de transporte e a existência de redes de apoio participam das possibilidades de circulação e de acesso aos recursos necessários à vida. Para as pessoas idosas, essas condições podem adquirir importância ainda maior quando os deslocamentos dependem de recursos financeiros ou da disponibilidade de familiares e outras pessoas.

Assim, a relação entre roça e cidade constitui uma dimensão da mobilidade no envelhecimento. Roça e cidade não configuram espaços isolados, mas territórios articulados por fluxos cotidianos de pessoas, produtos, informações, serviços e relações sociais. A cidade pode concentrar determinados equipamentos e serviços, enquanto a roça permanece como lugar de moradia, pertencimento e sociabilidade. Nisso, a circulação entre esses espaços integra a experiência cotidiana de envelhecer na roça

É nessa problemática que se insere este texto, derivado da pesquisa *“Velhices (In)Visibilizadas do Território: Saberes Socioambientais e Modos de Viver de Idosos Rurais como Base para Políticas de um Envelhecer no Campo”*. O que aqui toma como

¹ A opção pelo termo “roça” decorre da denominação utilizada pelos(as) participantes para se referirem ao território em suas narrativas.

recorte uma dimensão específica do material produzido na pesquisa, concentrando-se nas narrativas relacionadas aos deslocamentos entre a roça e a cidade e às condições necessárias para acessar serviços. Para isso, a questão que orienta estas interpretações é: como a mobilidade territorial entre a roça e a cidade atravessa as experiências de acesso a serviços na velhice?

Sendo assim, objetiva analisar, a partir das narrativas de pessoas idosas residentes em uma comunidade rural de Candiba/Bahia, como os deslocamentos entre roça e cidade se relacionam às condições de acesso, às mediações estabelecidas para a circulação e às transformações percebidas pelas próprias pessoas ao longo de suas trajetórias. Com isso, busca-se compreender a mobilidade não como simples deslocamento espacial, mas como condição territorial que pode favorecer, limitar ou mediar o acesso a serviços.

Entre a roça e a cidade: os caminhos do acesso

Não há como falar do(a) idoso(a) da roça, sem recorrer as suas relações e os territórios nos quais suas vidas se desenvolvem. Envolve valores, tradições e formas de reprodução da vida social que conferem especificidade às experiências de cada pessoa (Gusmão; Alcântara, 2008). Nessa perspectiva, o morar na roça não constitui apenas uma classificação espacial da residência, mas envolve modos particulares de viver, relacionar-se e atribuir sentidos ao lugar de moradia. Assim, o envelhecimento também é marcado por heterogeneidades internas. Atravessado por diferentes condições sociais e trajetórias de vida (Ferreira; Leeson, 2019), indicando novamente que para este idoso(a) da roça não corresponde a uma experiência homogênea. Diferentes trajetórias sociais produzem distintas possibilidades de envelhecer e de acessar recursos.

Nesse viés, a relação entre roça e cidade ganha relevância quando observada a partir da noção de acesso. A saber, Travassos e Viacava (2007) identificaram barreiras de acesso aos serviços de saúde entre essas pessoas idosas rurais, relacionando-as à distância, às condições financeiras e às dificuldades de utilização dos serviços. Além disso, Alves, Parente e Herkrath (2024), com base na Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, também identificaram diferenças na utilização de serviços de saúde entre idosos rurais e urbanos, reforçando a importância da dimensão territorial na compreensão do acesso.

Nesse contexto, a mobilidade não corresponde simplesmente à capacidade física de deslocar-se, mas envolve condições materiais, econômicas e relacionais que possibilitam ou dificultam a realização dos percursos. Para estas pessoas idosas, chegar à cidade pode depender da existência de veículo, da possibilidade de custear o transporte ou da disponibilidade de familiares e outras pessoas. Desse modo, a mobilidade constitui uma dimensão da acessibilidade territorial, mediando a relação entre o lugar de moradia e os serviços necessários à vida.

Narrar os caminhos: território, memória e experiência

Esse texto constitui um recorte de uma pesquisa desenvolvida no município de Candiba, no Sertão Sudoeste Baiano, a partir de uma abordagem qualitativa,

narrativa-participativa e territorial, com utilização de entrevista narrativa (Jovchelovitch; Bauer, 2002; Minayo, 2014). Foram selecionados os dados relacionados à mobilidade territorial e ao acesso a serviços. Participaram 10 (dez) pessoas idosas residentes em um povoado do município com nome fictício de plantas nativas da Caatinga. No entanto, para este texto, foram selecionados, de forma intencional, fragmentos narrativos relacionados aos deslocamentos, ao transporte, ao acesso à cidade e ao atendimento em serviços.

A partir disso, este recorte priorizou situações referentes às transformações nas formas de deslocamento, à dependência de redes de apoio e recursos para chegar à cidade e à relação entre o acesso a serviços urbanos e a permanência no território rural. Quanto a interpretação assumiu caráter dialógico, considerando as narrativas em relação às experiências dos(as) participantes e aos contextos nos quais suas trajetórias se constituem (Freire, 2019). Buscando assim, interpretar os sentidos atribuídos pelos(as) participantes às próprias experiências de mobilidade e acesso.

Quando os caminhos mudam: memórias de deslocamentos e permanências

As interpretações dialógicas evidenciaram que as formas de deslocamento entre a roça e a cidade se transformaram ao longo das trajetórias dos(as) participantes. Rememoram períodos em que determinados percursos eram realizados a pé, inclusive para vacinação e acesso à feira, enquanto, atualmente, carros e outros meios de transporte ampliam as possibilidades de circulação. Isso aparece, por exemplo, na narrativa da Senhora Aroeira (76 anos):

De primeiro a gente ia de pé. Quantas vezes eu vacinei esses meninos tudo andando de pé [...] Nós ia fazer feira e trazia o saco na cabeça. [...] Agora hoje virou fácil, né? Porque tem carro, né? (Senhora Aroeira, 76 anos).

Com esta narrativa, observa-se a expressão “*agora hoje virou fácil*”, associada à presença do carro. Isso revela a percepção da participante sobre a ampliação das possibilidades de circulação e sobre as mudanças nas condições de realização de atividades que dependem do deslocamento. Contudo, essa ampliação não elimina as desigualdades de acesso, uma vez que, para determinados percursos, ainda é necessário “*arrumar carro*” (Senhora Aroeira, 76 anos), evidenciando a permanência de condicionantes econômicos e relacionais da mobilidade.

Assim, o deslocamento permanece dependente da capacidade de arcar com os custos do transporte e à disponibilidade de pessoas da rede de apoio. Senhora Imburana (72 anos) evidencia o peso desse custo ao afirmar: “*Eu pago R\$ 70,00 todo dia que vou num médico*”. De modo semelhante, Senhora Aroeira (76 anos) relata que, para deslocar-se até Guanambi, conta com o apoio do filho: “*Meu fi me levou, buscou aqui, me levou para fazer cirurgia. Se fosse eu pagar era 150 cada vez. Para nós ir em Guanambi, se nós for pagar carro é 150*”. Essas falas evidenciam que a existência de meios de transporte não elimina as barreiras econômicas e relacionais que atravessam a mobilidade.

Além disso, outro participante evidenciou essa diferença ao afirmar que “*na rua é mais fácil que já tá lá mesmo, né?*” (Senhor Umbuzeiro, 80 anos). Esta fala expressa uma percepção situada de que a proximidade dos serviços na cidade facilita a circulação e o acesso, enquanto a distância característica da roça pode exigir a mobilização de pessoas e recursos para a realização dos deslocamentos. Desse modo, a mobilidade não depende apenas da existência de meios de transporte, mas das condições territoriais que tornam possível alcançar os serviços.

Essa dependência é reforçada pelos dados das entrevistas: dos(as) 10 (dez) participantes, 8 (oito) precisam recorrer a familiares ou fretar o transporte de vizinhos para se deslocar até a cidade, enquanto os outros 2 (dois) utilizam motocicleta para percorrer aproximadamente 25 km até a sede municipal. A dependência de outras pessoas não deve ser interpretada como ausência de autonomia, uma vez que as redes de relações constituem recursos mobilizados para tornar possível a circulação, especialmente quando o transporte não está imediatamente disponível. Logo, o acesso ao serviço envolve a possibilidade concreta de realizar o deslocamento, sendo a mobilidade mediada por condições materiais e relacionais.

As narrativas também revelam transformações nas condições de circulação e comunicação ao longo do tempo. Ao comparar o presente com as experiências vividas por seus pais, Senhora Jatobá (74 anos) recorda um período em que a ausência de transporte na comunidade e de meios de comunicação tornava os deslocamentos mais demorados. Em uma situação de emergência, seu pai precisou sair de casa durante a madrugada e caminhar até outra localidade em busca de um carro para transportar um familiar até Guanambi (cidade do polo regional que fica aproximadamente 30 km da sede de Candiba):

Pai saiu daqui de noite, 1 hora da manhã [...] foi para Pilão [...] a pé, foi no Pilão atrás de um carro para levar [...] pro Guanambi [...] E hoje [...] o telefone tá, ó. Adiantou bem as coisas. Qualquer coisa que tem, né? Liga. [...] Mãe adoeceu. Quem pegou ela? A ambulância. E no tempo de pai, não tinha isso. Não tinha ambulância, não tinha um carro, não tinha nada. Não tinha condução assim de pagar um carro às vezes assim, sei lá (Senhora Jatobá, 74 anos).

Essa lembrança estabelece um contraste entre diferentes condições de circulação e comunicação. Ao falar “*adiantou bem as coisas*” evidencia como o telefone passou a possibilitar o acionamento de pessoas diante de situações de necessidade, reduzindo a necessidade de deslocamentos físicos para buscar ajuda. A presença da ambulância também aparece como uma mudança significativa em relação às experiências anteriores, quando a família precisava buscar alternativas para realizar o transporte em situações de emergência. Contudo, a participante reconhece que essas mudanças não eliminaram as dificuldades, ao afirmar que “*essas coisas hoje tá umas coisas de difícil e outra tá fácil*” (Senhora Jatobá, 74 anos), revelando uma experiência marcada simultaneamente por facilidades e limitações.

Essa ambivalência também aparece na relação dos(as) participantes com o lugar de moradia. Todos(as) afirmam ter nascido e sido criados na roça e manifestam preferência pela permanência na roça, onde construíram suas trajetórias e relações de sociabilidade. Senhora Aroeira (76 anos), por exemplo, afirma: “[...] vou acabar

meus dias de vida na roça, se Deus quiser". Em outra narrativa, ao rememorar a decisão de sua mãe de permanecer na roça Senhora Jatobá (74 anos) relembra o que ela disse: *"Você quer morar na rua, você vai sozinho você. E quando meus filhos tiver meu filho, eu vou ficar por aqui"*. Esses relatos indicam que a cidade pode ser necessária para determinados acessos, sem constituir, necessariamente, um horizonte desejado de moradia.

Portanto, a mobilidade entre roça e cidade revela uma tensão entre a necessidade de circulação e o desejo de permanência. Determinados serviços e atendimentos exigem deslocamentos para fora da comunidade, fazendo da cidade parte das estratégias cotidianas de acesso. Ao mesmo tempo, a roça permanece como lugar de vida, sociabilidade e pertencimento. Assim, a circulação não representa o abandono do território, mas evidencia a interdependência entre diferentes lugares na experiência de envelhecer na roça.

Ficar também é um direito: permanência, mobilidade e acesso

No decorrer das interpretações dialógicas apresentadas foi possível compreender que a mobilidade territorial constitui uma dimensão relevante das experiências de envelhecimento em comunidades rurais. Nisso, as narrativas decorrentes da entrevista evidenciam que o acesso a determinados serviços implica deslocamentos entre a roça e a cidade. O que apresenta que as condições materiais, econômicas e relacionais desse percurso participem das possibilidades de acesso ou não.

Ademais, também mostram que as condições de circulação se transformaram ao longo das trajetórias dos(as) participantes. Experiências marcadas por deslocamentos a pé, ausência de veículos e de ambulância e necessidade de buscar ajuda presencialmente contrastam com uma realidade em que automóveis, telefone e serviços de emergência ampliaram as possibilidades de circulação e resposta. Assim também, essas mudanças, não eliminaram as desigualdades: o deslocamento permanece, em diferentes situações, condicionado à disponibilidade de recursos financeiros e de redes de apoio.

Ao mesmo tempo, os dados não sustentam uma compreensão do envelhecimento na roça baseado exclusivamente na ausência ou na precariedade. As pessoas participantes reconhecem mudanças nas condições de transporte e comunicação e, simultaneamente, reafirmam vínculos com a roça e o desejo de permanecer no território onde construíram suas trajetórias. Já a cidade aparece como necessária para determinados acessos, enquanto a roça permanece como lugar de pertencimento, sociabilidade e continuidade da vida.

Nesse sentido, pensar políticas públicas para o envelhecimento na roça exige articular oferta e acessibilidade, pois a existência dos serviços não garante seu acesso quando persistem desigualdades territoriais. Portanto, a mobilidade, os deslocamentos e as redes de apoio participam da efetivação de direitos. Garantir o envelhecimento na roça implica assegurar que a distância não se converta em impedimento ao acesso, reconhecendo, simultaneamente, a necessidade de circulação e o direito de permanecer no território escolhido para viver.

Referências

ALVES, Gleica Soyan Barbosa; PARENTE, Rosana Cristina Pereira; HERKRATH, Fernando José. Uso dos serviços de saúde por pessoas idosas em áreas rurais e urbanas do Brasil. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, [S.L.], v. 27, 2024.

FERREIRA, João Paulo; LEESON, George; MELHADO, Vivian Ramos. Cartografias do Envelhecimento em Contexto Rural: notas sobre raça/etnia, gênero, classe e escolaridade. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S.L.], v. 17, n. 1, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de; ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. Velhice, mundo rural e sociedades modernas: tensos itinerários. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais da Unicamp**, Campinas, v. 6, n. 1, 2008.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

LOPES, Jader Janer Moreira; VASCONCELLOS, Tânia de. Geografia da Infância: territorialidades infantis. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 103-127, jan./jun. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

TRAVASSOS, Claudia; VIACAVA, Francisco. Acesso e uso de serviços de saúde em idosos residentes em áreas rurais, Brasil, 1998 e 2003. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 2490-2502, 2007.

Data de recebimento: 30/08/2026; Data de aceite: 30/08/2026

Fernanda de Deus Junqueira – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente (PPGEduF). Pós-graduada em Educação Ambiental / Docência do Ensino Superior / Metodologias Ativas pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Campus XII). Coordena o projeto “Velhices (in)visibilizadas do território: saberes socioambientais e modos de viver de idosos rurais como base para políticas de um envelhecer no campo”, contemplado na 5ª edição do Edital Acadêmico Envelhecer com Futuro no ano de 2026. E-mail: deusjunqueirafernanda@gmail.com.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.